

Por Martha Corazza

O envelhecimento acelerado da população, as transformações na estrutura do mercado de trabalho e os desequilíbrios fiscais da economia brasileira, além da baixa taxa de investimento público são alguns dos fatores que indicam a urgência de repensar o modelo de formação de capital, estimular a poupança e os investimentos de longo prazo no País. A conclusão é do economista Eduardo Giannetti da Fonseca. Diante dos novos desafios demográficos, com as projeções revelando um formidável salto no percentual da população composto por pessoas acima de 60 anos de idade, que passaria dos atuais 12% para 30% em 2030, será preciso aumentar a produtividade da hora trabalhada, o que demanda maior formação de capital e poupança previdenciária, defende Giannetti.

A taxa de dependência – pessoas abaixo dos 15 anos de idade ou acima dos 64 anos de idade, que dependem de quem trabalha – tende a aumentar fortemente até 2030. Ele lembra que além desses fatores é preciso levar em conta a dimensão das dificuldades fiscais do país, que chega ao final de um ciclo de expansão fiscal iniciado em 1988, ao mesmo tempo em que o estado perdeu capacidade de investir, hoje reduzida a 2,5% do PIB.

O caminho para que o País possa ampliar investimentos produtivos e voltar a crescer de modo sustentável passará necessariamente pelo estímulo à previdência. “Há um grande potencial para incorporar a parcela da população de renda média e alta que, por conta dessa transformação, não contribui hoje para qualquer modalidade de previdência”, alerta Giannetti. Entre as sugestões para ampliar o espaço da previdência complementar ele sugere a criação de novos produtos, a instituição da adesão automática e do resgate parcial. “É preciso fazer as pessoas pensarem na previdência desde jovens”.

Confiança para pensar no longo prazo - Para o diretor da Anbima, Luiz Sorge, a previdência deve ser compreendida como um fator de sustentação da poupança de longo prazo no País. Para isso é preciso reforçar os mecanismos que incentivem os fundos de pensão a investir em ativos como, por exemplo, os projetos de infraestrutura. Diante das dificuldades da conjuntura econômica, com menor disponibilidade de renda e maior aversão ao risco, essa visão fica ainda mais importante. “Nesse sentido tem sido muito importante o trabalho para modernizar o arcabouço regulatório dos fundos de pensão, com o objetivo de flexibilizar a gestão de ativos e passivos sem perder a transparência, foco de um esforço conjunto feito pela Anbima e pela Abrapp”.

“Previdência diz respeito a confiança e é preciso reencontrar a confiança para pensar no longo prazo”, avalia o diretor-presidente da BB Gestão de Recursos DTVM, Carlos Massaru Takahashi. Apesar da elevada atratividade dos juros e da tendência a olhar mais para o curto prazo, Takahashi defende a necessidade de canalizar recursos de investimentos dos fundos de pensão também para os setores produtivos e não apenas para os títulos públicos, o que seria mais compatível com a visão de poupança previdenciária. Outro aspecto essencial é ir além do foco na educação financeira ou previdenciária. “O País precisa pensar na educação de sua população de forma mais ampla, porque a fórmula da prosperidade está ligada ao capital humano”.

**Fonte:** [Abrapp](#), em 19.10.2015.